

Iniciativas de Alguns Governos Estaduais para Solucionar o Problema dos Meninos e Meninas de Rua no Brasil

Criatividade com parceria. Esta é a receita adotada pelo governo do Brasil para reduzir e solucionar o problema dos meninos e meninas de rua do País. Em algumas regiões brasileiras, como o Distrito Federal (na região Centro-Oeste), Minas Gerais (no Sudeste), Paraná e Santa Catarina (no Sul), Paraíba e Rio Grande do Norte (no Nordeste do Brasil), estão alguns dos melhores exemplos de como se está eliminando as causas e minimizando os efeitos do abandono infantil. As experiências nesses estados apontam para o caminho da volta das crianças ao convívio familiar e da sua inserção no mercado de trabalho como forma de desviá-las da marginalização.

Aproveitamento Escolar - No Estado do Paraná (que tem 399 municípios), por exemplo, dois programas para meninos e meninas de rua vêm obtendo altos índices de aproveitamento. Chamados "Da Rua para a Escola" e "Formando o Cidadão", estes programas já foram implantados em 181 cidades paranaenses. O primeiro atende a 30 mil meninos e meninas que perambulavam pelas ruas, muitos deles vítimas da exploração da sua força de trabalho ou da prostituição. A solução encontrada pelo governo do Estado foi repassar uma cesta básica mensal (pacote contendo uma série de gêneros alimentícios e produtos de primeira necessidade) às famílias, para que retirem seus filhos das ruas e promovam seu retorno aos bancos escolares. Para garantir o direito a esse benefício, os pais têm que apresentar ao governo a frequência e o aproveitamento escolar dessas crianças.

O programa "Formando o Cidadão" abrange a clientela infanto-juvenil, na faixa etária dos 7 aos 17 anos, e oferece aos meninos de rua atividades de lazer e iniciação profissional nos quartéis da Polícia Militar. O menino permanece no quartel das 8 às 18 horas. Os que não possuem vínculo familiar são convidados a dormir em albergues infantis. Por enquanto, 140 crianças estão sendo atendidas, segundo informou a Secretaria da Criança e Assuntos da Família do Governo do Paraná.

Soluções com parcerias - Em Santa Catarina, o governo local resolveu somar recursos federais e estaduais com doações, para desenvolver os programas específicos em favor das crianças e adolescentes. Somente nos últimos dois anos foram aplicados quase R\$ 18,4 milhões. O total da verba veio de várias fontes, como Fundo Nacional de Assistência Social, Programa Brasil Criança Cidadã, Ministério da Justiça e Fundo para a Infância e Adolescência (FIA).

Através da Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família, o Governo de Santa Catarina repassou quase US\$ 2 milhões para 171 entidades de atendimento familiar. entre abrigos. casas-lares e outras instituições que assistem 19.210

crianças e adolescentes órfãos, abandonadas, com fracos vínculos familiares, vítimas de maus tratos, ou que cometeram algum tipo de infração.

Hoje, Santa Catarina possui 199 Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e foi o primeiro a participar, no ano passado, do projeto "Brasil Criança Cidadã", programa que destinou mais de R\$ 2 milhões para beneficiar nada menos que 13.295 crianças assistidas por 184 entidades governamentais e não-governamentais. Basicamente, esses institutos mantêm programas de abrigo, profissionalização e educação complementar.

Ações sociais, comunitárias e programas de geração de renda foram a saída encontrada pelo governo catarinense como forma de prestação de assistência integral. Quase R\$ 14 mil do Fundo Nacional de Assistência Social foram repassados para o atendimento a mais de 106 mil crianças monitoradas por 280 entidades em 260 municípios.

O governo catarinense costuma exibir sua atuação na questão dos meninos de rua através do trabalho realizado pelo Centro Educacional Dom Jaime Câmara, que abriga menores infratores, na cidade de Palhoça, próxima à zona metropolitana da Capital, Florianópolis. Ali, nos últimos dois anos, foi ampliado de cinco para 12 o número de oficinas onde os meninos desenvolvem vários tipos de atividades.

No mesmo período, o Centro passou por uma reforma, aumentando a sua capacidade de atendimento de 150 para 611 crianças e adolescentes. Esse trabalho, porém, não poderia ser realizado de forma unilateral, e o Centro Dom Jaime Câmara resolveu incentivar a participação dos familiares das crianças.

O Centro passou a desenvolver cursos profissionalizantes em áreas como serralheria, gráfica, costura, confecção de massas e tortas, congelamento de alimentos, além de uma oficina de tratamento do alcoolismo, destinada especificamente aos adolescentes.

Há também uma feira permanente para venda dos trabalhos produzidos nas oficinas, além do fornecimento diário de 1.400 pães para 10 entidades de assistência social. Para atenuar o trabalho das crianças, a entidade patrocina uma escolinha de esportes, com aulas de futebol de campo e de salão, masculino e feminino.

O programa "Crescer Adolescente" é um dos melhores exemplos de atuação regional no combate ao problema dos meninos e meninas de rua. Ele oferece às crianças abrigo, alimentação e educação, além de preparar o adolescente para o mercado de trabalho, mediante a administração de cursos profissionalizantes voltados para a agricultura. O programa é desenvolvido pela Polícia Militar do Município de Joaçaba, no meio-oeste catarinense.

Essa tarefa é realizada em convênio com a Fundação Viva-Vida e está sendo

executada por técnicos da Polícia Militar, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (Epagri) e da própria Fundação Viva-Vida, que repassa mensalmente meio salário-mínimo (US\$ 60,00) para cada um dos 40 adolescentes atendidos pelo Programa. Na cidade de Videira, também no meio-oeste, está sendo desenvolvido o Programa em convênio com a Prefeitura Municipal, Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Fundação Viva-Vida.

Cidadania contra esmola - Em Brasília, a capital da República, o combate ao problema dos meninos de rua começou por um conceito: dar esmolas não edifica e desestimula o cidadão. A partir daí, o governo começou a implementar uma série de programas para resgatar a dignidade das crianças e seus familiares, que tiravam seu sustento como pedintes nas ruas. "Não dê esmola, dê cidadania" é o **slogan** que está espalhado pelas ruas do Distrito Federal. Trata-se de um apelo à população, para ajudar nos programas desenvolvidos pelo governo local, a fim de retirar das ruas meninos e meninas desocupados, oferecendo-lhes alternativa de vida. Dois outros itens da campanha "Não dê esmola, dê cidadania" são os depósitos em dinheiro e as doações. O interessado pode depositar qualquer quantia no fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, preenchendo formulário em qualquer agência bancária.

Para incentivar o programa, a Secretaria da Receita Federal beneficia o doador com desconto no Imposto de Renda, de até 12% para pessoa física e de 1% do faturamento da empresa, para pessoa jurídica. O Fundo é gerenciado pelo governo e sociedade civil, através do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ele se destina a financiar programas governamentais e não-governamentais de assistência às crianças e adolescentes. As doações podem incluir alimentos, roupas, brinquedos, equipamentos de trabalho e outros materiais, que são entregues aos Centros de Desenvolvimento Social.

O programa "Bolsa Escola", implantado em maio de 1995, já beneficiou mais de 22 mil famílias no Distrito Federal. Foi premiado pelo Unicef e copiado por vários municípios brasileiros. O programa reduziu de 7% para 0,2% a evasão escolar no Distrito Federal, e de 20% para 7,7% o índice de repetência dos alunos, chegando a 86,3% de aprovação entre os estudantes beneficiados. As famílias têm que manter seus filhos de 7 a 14 anos dentro das salas de aula, em troca do recebimento de um salário-mínimo (R\$ 120,00). O projeto é desenvolvido com rigor: mais de duas faltas não justificadas no boletim escolar da criança durante o mês letivo, retira imediatamente o benefício à família.

O programa Bolsa Escola trabalha com apenas 1% do orçamento do governo do Distrito Federal, que corresponde a R\$ 31 milhões e 600 mil, valor suficiente para atender as 25 mil famílias incluídas como meta no ano de 1997. A fim de garantir a sua continuidade, mesmo em caso de substantivo aumento no valor do salário mínimo, os coordenadores do programa planejam a criação de um fundo para o qual contribuiriam todos os setores da sociedade - empresários, organismos nacionais e internacionais. ou mesmo pessoas físicas. Com a existência desse

fundo pode ser pensada a extensão do programa a uma parcela maior da sociedade, uma vez que hoje ele se destina a famílias na faixa de pobreza extrema.

A adoção de menores de rua, devidamente cadastrados, é outro programa que está mudando o perfil dos centros e das periferias da Capital da República. Chamado "Abraça uma Criança", esse programa já atraiu 163 famílias em Brasília. Com a escolha de uma criança, a família adotante assume as responsabilidades financeiras do menor e seus familiares ou, se preferir, faz doações de cestas básicas, material escolar, roupas ou qualquer outra ajuda que diminua as carências do menino de rua que adotou.

O programa começa a funcionar a partir do momento em que o interessado, depois de entrevistado, recebe informações sobre a situação do menino ou menina de rua escolhido e sobre sua família. Já estão sendo beneficiadas as crianças residentes nas mais populosas cidades-satélites de Brasília, onde se localizam os bolsões de pobreza do Distrito Federal, como Samambaia, Ceilândia, Santa Maria e Planaltina, localidades de onde saem os meninos que perambulam pelas ruas do centro da capital do País.

O governo do DF está desenvolvendo também o programa SOS Drogas, que atendeu mais de 4.400 pessoas, em 1996, sobretudo jovens.

Exploração sexual - O programa "Brasília diz não à exploração sexual de crianças e adolescentes" já obteve o reconhecimento do Unicef, que lhe concedeu o prêmio "Criança e Paz 96", com apenas quatro meses de existência. O governo local coloca à disposição das crianças abrigos provisórios para meninas que viviam nas ruas e oferece atendimento psicoterapêutico para aquelas que ainda estão nas ruas, além da identificação de casos de maus tratos contra menores.

Atendimento total - Em Minas Gerais (terceira maior economia do Brasil), na região Sudeste, a mais desenvolvida do País, o governo estabeleceu três vertentes para combater o problema dos meninos e meninas de rua: "medidas de proteção", "programas de proteção especial" e "programa articulado".

São oito as medidas de proteção, realizadas através dos programas "Casa Lar", "Curumim", "Proteção Contra Abuso e Exploração Sexual", "Educação em Meio Aberto", "Esporte Solidário", "SOS Criança", "Criança Cidadã" e "Advocacia da Criança". Para a proteção especial, o governo desenvolve três projetos: "Pró-Vida", "Atendimento Especializado" e "Adolescentes Infratores". O programa articulado chama-se "Programa de Trabalho Educativo".

No programa "Casa Lar", o governo de Minas Gerais gastou R\$ 65,8 mil. Foram instaladas 22 casas-lares destinadas às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, através de convênios com instituições que desenvolvem trabalho nessa área. Dezenove dessas entidades são específicas para portadores de deficiência. A meta no Estado para os anos de 1997 e 1998. é de implantação de

40 casas, sendo que 19 estão em fase de implantação e irão atender 144 educandos. Os recursos orçamentários para esse programa passam dos R\$ 2 milhões, a serem aplicados até o final de 1998.

Para atender um número bem maior que o do programa "Casa Lar", o projeto "Curumim", com 159 núcleos em todo o Estado, atinge 21.300 crianças. Ele oferece às crianças, no horário extra escolar, esporte, lazer, recreação, alimentação e reforço pedagógico, em trabalho preventivo e educacional. O problema da violência levou o Estado a criar o "Projeto para a Proteção à Criança e Adolescente em Situação de Abuso e Exploração Sexual". O trabalho educativo é realizado nas cinco "Casas de Passagem" instaladas até agora, nos municípios de Belo Horizonte - a capital - Montes Claros, Governador Valadares, Rubim e Janaúba.

Há também o Projeto Social e Educativo em Meio Aberto (CIAME), que atende crianças e adolescentes através de atividades sócio-educativas, visando a sua permanência na família e na comunidade de origem, com lazer, recreação e alimentação. Já foram instalados três núcleos no âmbito desse projeto - dois na capital e um no interior - atendendo um total de 1.376 crianças e adolescentes.

Em Minas Gerais está obtendo surpreendente sucesso um dos mais importantes programas criados pelo Governo Federal: o "SOS Criança". O programa surgiu para atender crianças e adolescentes cujos direitos estejam ameaçados ou violados. O menino ou menina de rua é encaminhado de volta à família ou à comunidade de origem, em **interface** com os Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente e outras entidades. No ano passado, os atendimentos chegaram a 4.402 através do encaminhamento de Conselhos Tutelares, Polícia Militar e Juizado da Infância e da Juventude. Foram atendidas outras 512 crianças ou adolescentes sob a denúncia de violência. Mais de 281 desaparecidos foram localizados. O SOS Criança já realizou 209 atendimentos, abrangendo os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (no Sudeste), Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Alagoas (no Nordeste), além de Distrito Federal e Mato Grosso (na região Centro-Oeste do Brasil).

O programa "Brasil Criança Cidadã" destina recursos às medidas de proteção. Estão sendo beneficiadas 96 prefeituras do Estado de Minas Gerais e 102 agências não-governamentais, que trabalham com recursos federais orçados em mais de R\$ 7,5 milhões, distribuídos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. A contrapartida do governo de Minas Gerais para o programa é de aproximadamente R\$ 1,2 milhão. A meta para o final deste ano é atender cerca de 7,5 mil crianças e adolescentes.

A "Advocacia da Criança" é um serviço de proteção e defesa, responsável pelo acompanhamento jurídico de todos os casos de crianças e adolescentes abrigados pela Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, da Criança e do Adolescente, por determinação judicial ou não. O total de atendimentos feitos até agora chega a 305 casos, mas outros 517 estão em andamento, cuidando basicamente de registros civis, conflitos no juizado de menores, transferências para

casas-lares, fugas, termos de guarda, desligamentos, petições judiciais e informações diversas.

Quanto às medidas de proteção especial, Minas Gerais desenvolve três programas: o "Pró-Vida", o de "Atendimento Especializado" e o de "Atendimento aos Adolescentes Infratores com Medida Sócio-Educativa de Internação".

O "Pró-Vida" dedica-se, hoje, ao projeto que desenvolve programas de atendimento às crianças e adolescentes com necessidades especiais e discute ações de capacitação de recursos humanos, apoio e orientação à família e aos municípios. A meta para 1997 é a sua implantação no Centro Educacional Paulo Campos Guimarães e no Centro de Reabilitação da Criança e do Adolescente, cuja criação já se encontra em andamento.

O "Programa de Atendimento Especial", chamado UAE (Unidades de Atendimento Especializado), oferece habilitação e reabilitação para crianças e adolescentes através de instituições prestadoras de serviços credenciadas pela Secretaria da Criança e do Adolescente. No ano de 1997 estão sendo realizados atendimentos especializados em 35 clínicas credenciadas pela Secretaria nas áreas de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psico-pedagogia, Terapia Ocupacional e diagnóstico para portadores de deficiência.

Os adolescentes infratores também estão recebendo tratamento especial através do Projeto de Atendimento com Medida Sócio-Educativa de Internação. Esse programa visa à implantação de uma política de atendimento ao adolescente em conflito com a Lei. Para o jovem que necessita alguma medida sócio-educativa de internação, o projeto prevê a construção de unidades de internação. A iniciativa consolida a parceria entre as Secretarias do Menor e do Adolescente e a da Justiça, para a implantação de um sistema de atendimento educativo adequado às exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente. O projeto surgiu de debates e propostas elaborados por entidades governamentais e não-governamentais.

Até o final deste ano, o governo de Minas Gerais pretende implantar, na forma de parceria, a política pública de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, além de construir e implantar o espaço físico do plantão interinstitucional em Belo Horizonte, um centro de integração para o adolescente do sexo feminino, concluir a construção do Centro Integrado do Menor Infrator na cidade de Ibirité e reformar o Centro de Integração do Adolescente na cidade de Sete Lagoas. Para esse trabalho, o orçamento previsto é de aproximadamente R\$ 3,5 milhões.

O Programa de Trabalho Educativo está sendo articulado com a Superintendência das Relações do Trabalho. Ele vai atender adolescentes em situação de risco pessoal e social, de ambos os sexos, na faixa etária de 14 a 18 anos, por meio de educação integrada que possibilite a capacitação profissional. A idéia é a futura inserção do adolescente no mercado de trabalho. No ano passado foram atendidos 130 alunos nos cursos de mecânica de automóveis, mecânica de motos, tornearia

mecânica, eletricitista instalador, serralheria e solda, desenho mecânico e desenho e arquitetura. O Programa Educativo vai gastar para esse trabalho, recursos orçamentários da ordem de R\$ 2,3 milhões.

Das ruas para a roça - No Rio Grande do Norte (Nordeste do Brasil) o governo local priorizou o trabalho como forma de resolver o problema do abandono e dos danos causados aos meninos e meninas de rua. De acordo com a realidade daquele Estado, o melhor foi tirar as crianças das ruas para levá-las a desenvolver tarefas do campo, na produção de hortifrutigrangeiros.

Em abril, a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (Fundac), órgão da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo, iniciou uma ação com 30 meninos e meninas de rua, muitos deles usuários de drogas. A tarefa foi realizada pela Fundac na Base Física da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (Emparn). Os meninos estão fazendo curso de horticultura e, no final, se desejarem, continuarão explorando a área juntamente com os pais.

A produção agrícola desses ex-meninos e meninas de rua se destinarão ao consumo, sendo o excedente comercializado, o que possibilita a geração de renda. Além da profissionalização, as crianças têm atendimento psicossocial, médico-odontológico e atividades pedagógicas e sócio-recreativas, a exemplo dos programas desenvolvidos nos outros Estados.

O Rio Grande do Norte tirou das ruas 60 meninos e meninas, dos quais 20 já fazem parte de uma banda de música formada graças a um convênio com a Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Outros 10 estão matriculados no curso de Cerâmica e três no de mármore decorativo desenvolvidos pela instituição. Há também mais cinco meninos reintegrados à família e três estão sob os cuidados do Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, que desenvolve ação social na área da infância e da juventude.

A Fundac acolhe as crianças nos seus 28 pólos de atendimento situados na capital, Natal, e no interior do Estado, abrangendo cerca de 2.500 meninos na faixa de 7 a 14 anos. A Fundação também mantém programas de encaminhamento de jovens ao mercado de trabalho, contemplando, hoje, cerca de 700 crianças com bolsa de trabalho em empresas públicas e privadas. O custo *per capita* desse programa, varia de meio (R\$ 60,00) a dois salários-mínimos (R\$ 240,00), com todos os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos aos jovens de famílias carentes entre 14 e 17 anos. Também se exige que as crianças, para receberem o benefício, freqüentem regularmente as aulas. Os programas Guarda-Mirim e Jovem Guia do Turismo são também desenvolvidos pelo órgão, como parte do esforço para retirar meninos e meninas das ruas.

O governo do Rio Grande do Norte procura dar suporte às famílias extremamente pobres através do "Programa de Apoio Familiar", incentivando-as a tirar os filhos da rua para matriculá-los na escola. Esse programa atende 744 famílias na capital e no

interior do Estado, atuando em quatro linhas de ação no campo da assistência social: iniciação profissional, fornecimento de cesta de alimentos, bolsa-auxílio (com valor per capita de R\$ 25,00) para filhos de 7 a 14 anos que freqüentem a escola, e a doação ou financiamento, através do programa "Balcão de Ferramentas do Governo do Estado", de **kits** de instrumentos de trabalho, após o término dos cursos profissionalizantes.

Resgatando a família - No Estado da Paraíba (Nordeste do Brasil), um dos mais pobres do país, o trabalho com meninos de rua é realizado pela Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (Fundac). A Fundação, vinculada à Secretaria do Trabalho e Ação Social do Governo do Estado, possui quatro unidades de serviços denominadas Projeto Cres/Ser. Elas atuam nos principais municípios da Paraíba - a capital João Pessoa, Campina Grande, Patos e Sousa - atendendo basicamente meninos e meninas de rua.

Através de convênio com o Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP) a Fundac vem desenvolvendo atividades com crianças em uma granja cedida pelo órgão previdenciário local. A granja, situada no município de Gramame, tem área de 3,5 hectares. O projeto visa a retirar das ruas de João Pessoa cerca de 100 crianças, ampliando-se esse número, posteriormente, para 150.

Para desenvolver os projetos na Granja, o governo estadual está firmando convênios com a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência, com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e com a Universidade Federal da Paraíba.

A Fundac calcula que a demanda, hoje, para esse projeto, está em torno de 300 meninos e meninas de rua. Em João Pessoa, a sede do projeto Cres/Ser abriga 14 meninos que não possuem qualquer vínculo familiar. Nas unidades de atendimento são realizadas, como nos outros Estados, ações direcionadas às famílias, cujo principal enfoque é a preservação ou resgate do convívio familiar.